

O Fórum na Tela: Eleições, Debates Televisivos e Deliberação Mediada¹

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques*

Ana Carolina Soares Costa Vimieiro**

Angerson Cássio Ramos Vieira***

Sâmia Bechelane Cordeiro de Melo****

Resumo:

Este trabalho analisa as características discursivas de um dos debates televisivos travados entre Leonardo Quintão (PMDB) e Márcio Lacerda (PSB) ao longo da disputa eleitoral pela Prefeitura de Belo Horizonte, em 2008. O exame verifica se, e como, as práticas discursivas observadas na referida contenda atendem aos cinco requisitos apontados por Maia (2007) para a caracterização de um debate mediático de cunho deliberativo. Os requisitos são os seguintes: acessibilidade; caracterização dos atores sociais; utilização de argumentos crítico-rationais; reciprocidade e responsividade; e, por fim, a reflexividade ou a reversibilidade de opiniões. A aplicação de tais categorias permitiu observar, por exemplo, que o debate eleitoral televisivo manifesta, por sua natureza, um conjunto de limites ao desenvolvimento de razões argumentativas (sobretudo por se tratar de uma situação necessariamente conflituosa, em busca do voto). Foram encontrados, ainda, elementos a indicarem como se dá a reverberação das discussões mediáticas sobre outros âmbitos comunicativos (sejam eles formais ou informais), tornando consistente a idéia de um sistema deliberativo ampliado.

Palavras-chave: Comunicação; Democracia; Deliberação Pública; Eleições; Debate Televisivo

* Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Pesquisador de Pós-Doutorado (PRODOC/CAPES) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Integrante do grupo de pesquisa EME. E-mail: marquesjamil@gmail.com.

** Aluna, em nível de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Integrante do grupo de pesquisa EME. E-mail: anacarolsco@gmail.com.

*** Graduando em Comunicação Social pela UFMG. E-mail: angersonc@gmail.com.

**** Graduada em Comunicação Social pela UFMG. E-mail: samiabechelane@gmail.com.

Abstract:

This article examines the discursive characteristics of a TV debate between Leonardo Quintão (PMDB) and Márcio Lacerda (PSB) aired during the 2008 race for Belo Horizonte City Mayor. The study analyzed if and how the discursive practices observed in such a debate meet the five requirements suggested by Maia (2007) for evaluating the nature of a deliberative debate. The requirements are the following: accessibility; characterization of social actors; use of critical-rational arguments; reciprocity and responsiveness; reversibility of point of views. The research found out that TV political debates limit by their very nature the development of deep arguments. In addition, one points out evidences prone to reinforce the belief that these debates exert influence over other formal and informal arenas of discussion, what makes consistent the idea of an expanded deliberative system.

Key words: Communication; Democracy; Public Deliberation; Elections; TV Debates

Introdução

O presente artigo se dedica a investigar as características discursivas de um dos debates televisivos travados entre dois candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte, Leonardo Quintão (PMDB) e Márcio Lacerda (PSB). O debate em questão foi organizado pela emissora Band Minas, na noite de domingo, dia 12 de outubro de 2008, e constituiu a primeira oportunidade que os dois postulantes ao cargo tiveram, ao longo do segundo turno, de participar de um confronto direto em rede televisiva.

De início, o contexto político no qual se deu tal evento merece ser destacado. Acabado o primeiro turno das eleições, o clima eleitoral em Belo Horizonte se mostrava conturbado. Leonardo Quintão havia recebido o apoio do candidato derrotado Jorge Periquito (PRTB) e, na sexta-feira imediatamente anterior ao debate, a terceira colocada no primeiro turno, Jô Moraes (PCdoB), também declarara sua adesão à campanha da chapa peemedebista. Já Márcio Lacerda (PSB), candidato da situação, apoiado pelo então prefeito Fernando Pimentel (PT) e pelo governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), definia novos rumos para sua campanha: o deputado federal do PT, Virgílio Guimarães, assumia a coordenação de campanha do candidato e a assessoria do publicitário Duda Mendonça foi contratada, uma vez que o desempenho de Lacerda nas urnas não havia sido tão positivo quanto se esperava.

Assim, delineou-se a importância e a representatividade de tal encontro, bem como das idéias nele expostas, para se pautar o restante da campanha e influenciar, então, no direcionamento do eleitorado para um lado ou outro da disputa. Percebeu-se de forma clara o esmero dos competidores em marcar posicionamentos político-ideológicos, apresentar projetos, mostrar competências próprias, refutar ou mesmo concordar com argumentos do adversário, conformando-se, então, a existência de um ambiente controverso cuja marca foi um elevado quociente de visibilidade auferido pelos *media*.

É justamente o perfil intrínseco de tal situação discursiva que estimulou a elaboração deste trabalho. Os objetivos do artigo partiram da necessidade de (1) discutir em que medida é possível atribuir um caráter deliberativo ao evento em questão (ou seja, a meta é examinar os limites do modelo discursivo para a compreensão de determinados tipos de debate) e (2) considerar o papel e a

influência dos *mass media* para sustentar discussões acerca de temas de concernência pública. Para tanto, promove-se um exame dos conteúdos proferidos ao longo da transmissão tomando como referencial o modelo de análise do debate deliberativo mediático proposto por Rousiley Maia (2006 e 2007), cuja essência prescreve a observação de cinco requisitos: a acessibilidade de diferentes atores ao debate; a caracterização dos atores sociais percebida em dada circunstância; a utilização de argumentos crítico-rationais; fatores atinentes à reciprocidade e à responsividade mantida entre os que tomaram parte da contenda; e, por fim, a reflexividade ou a reversibilidade de opiniões testemunhada na ocasião. Promove-se, em suma, um confronto destes requisitos com as características discursivas encontradas no referido debate, de modo a se verificar as contribuições e limitações que tais parâmetros deliberacionistas oferecem para se compreender a argumentação política que tem seu ambiente na comunicação de massa.

O itinerário do trabalho consiste, no primeiro momento, em um resgate de determinadas matrizes conceituais aptas a auxiliarem na compreensão do processo deliberativo. Em seguida, são expostos determinados aspectos concernentes à importância dos *media* para se fomentar a discussão pública, apresentando-se, ainda que de modo breve, aqueles princípios relacionadas à idéia de deliberação mediada. A terceira parte investe empiricamente no estudo do debate em tela e, na seqüência, propõe-se uma reflexão mais geral dedicada a tratar da interface entre comunicação e deliberação.

1. Da Esfera Pública à Deliberação: a transição de um conceito

Em sua obra clássica, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Jürgen Habermas (1984 [1962]) trouxe à tona um conceito-chave para o entendimento dos pilares democráticos modernos, a saber, a idéia de esfera pública. De acordo com o autor, a instauração de um âmbito discursivo se fez necessária à emergente classe burguesa do século XVI, uma vez que o poder econômico de que dispunha (resultante das trocas mercantis) não contava com condições suficientes para se traduzir em poder político, dada a predominância, na Europa, dos regimes absolutistas.

A intenção primordial e idealizada desta esfera seria promover uma discussão contínua dos negócios públicos que fosse livre de qualquer forma de coerção que

não aquela exercida pela força do melhor argumento. Contra o segredo do Estado absolutista, a burguesia inglesa, constatou Habermas, munia-se de espaços pautados por critérios rígidos de discutibilidade, voltados a promover a apreciação detida de temas de interesse público por parte do próprio público, constituindo, conforme aponta Wilson Gomes (2008a), uma espécie de mecanismo de defesa.

Cerca de três décadas depois, e já sob o impacto da tardia tradução para o inglês da obra de sua autoria referida logo acima (ocorrida apenas em 1989), Habermas retomou, em um outro livro, intitulado *Direito e Democracia* (1997 [1992]), uma reflexão mais centrada acerca da idéia de esfera pública, preocupando-se, desta vez, não em analisar as origens ideológicas e históricas deste conceito, mas em especular, de modo mais exato, sobre como este domínio poderia funcionar enquanto meio de legitimação do poder político.

Em outras palavras, os estudos subseqüentes conduzidos por Habermas, vinculados, em parte, à ética do discurso, acabaram por revelar a ênfase do estudioso em associar o processo de legitimação democrática ao obediência a determinados parâmetros quando da discussão relativa à produção da decisão política. A intenção é consolidar a defesa da comunicação e da interação discursiva enquanto fatores primordiais a concatenarem novas portas e fluxos aptos a gerarem um tipo especial de interferência dos cidadãos no centro institucional de debate acerca dos negócios públicos. A legitimação do poder político se daria, assim, a partir das discussões ocorridas na esfera pública, gerando-se uma espécie de "poder comunicativo" que adentraria o sistema político central e proporcionaria decisões em maior conformidade com a opinião pública.

É aqui onde se encontra parte das fundações do conceito de deliberação pública, do qual Habermas, ao lado do filósofo norte-americano John Rawls, é um dos precursores. O deliberacionismo representa um refinamento da noção da esfera pública, voltado, agora, para lidar, por meio do debate racional e da troca pública e livre de argumentos, com as diversas dimensões que cercam a questão da legitimação dos processos de produção da decisão política nas democracias (SILVA, 2004; BOHMAN, 1996).

Pode-se dizer, então, que o deliberacionismo continua a privilegiar o debate e a discussão enquanto fatores a pautarem a busca pela excelência na condução dos negócios públicos, mediante a insistência pela realização de "um processo dialógico

de troca de razões com o objetivo de resolver problemas que não são dirimidos sem coordenação e cooperação” (BOHMAN, 1996, p. 27).

Por um lado, percebe-se um forte caráter normativo no que concerne aos pressupostos do modelo deliberacionista. Por outro lado, é preciso ir além de tais formulações, no sentido de se estudar as dificuldades testemunhadas quando se tenta compreender as práticas políticas a partir dos princípios discursivos. Mais exatamente, uma das pretensões deste trabalho é averiguar em que medida tais pressupostos se mostram adequados para o bom entendimento analítico de determinadas categorias de debates políticos.

A hipótese de fundo deste artigo é a de que um debate eleitoral entre candidatos a mandatos públicos tem um perfil eminentemente diferente de um debate televisivo realizado, por exemplo, entre dois especialistas acerca de determinada questão. Isso porque aquele primeiro está circunscrito a um universo alimentado, essencialmente, pelo conflito em busca do voto (isto é, uma decisão final entre projetos e propostas de governo terá, necessariamente, de ser feita). Tal disposição acaba por agregar distinções ao perfil discursivo das contendas eleitorais, voltadas, com maior ênfase, para a persuasão política (que, obviamente, também não abre mão de características da racionalidade argumentativa, assim como a deliberação pública).

Nesse contexto, Patrick Charaudeau ressalta a persuasão como um dos recursos mais eficazes a fim de se convencer e conquistar eleitores. Ele afirma que a política é “um domínio da prática social em que se enfrentam relações de forças simbólicas para a conquista e a gestão de um poder” (2006, p. 79). Luís Felipe Miguel, por sua vez, enfatiza uma idéia semelhante, a partir do reconhecimento do papel dos *mass media* no processo persuasivo.

Cabe lembrar [...] que o político não é o orador “ingênuo”, que simplesmente diz o que pensa. Ele é um profissional da persuasão, que tem por tarefa convencer os ouvintes e que irá, obrigatoriamente, aprender uma certa técnica. Antes, a técnica era a oratória de praça pública, com sua empostação peculiar, sua gesticulação e mesmo o uso da indumentária adequada. Hoje, essa habilidade perdeu importância relativa, cedendo espaços a técnicas apropriadas aos meios eletrônicos de comunicação (MIGUEL, 2000, p. 80).

É a este ponto do trabalho onde se insere um questionamento fundamental: o fato de haver ocasiões eleitorais permeadas pela persuasão não comprometeria a idéia

de debate igualitário, racional, sincero e reflexivo? Autores como Maria Helena Weber (2007), por exemplo, associam a persuasão à noção de parcialidade, categoria que, a depender da visão mais ou menos radical de deliberacionismo, encontra dificuldades em manter sintonia com a ética do discurso. Já Neusa Demartini Gomes afirma que:

O significado de persuasão, em sentido vulgar, é o ato de convencer a outros com razões sobre qualquer questão. Mas, para chegar a esse convencimento não é condição necessária o uso de argumentos verdadeiros (GOMES, 2008).

Assim sendo, não pareceria contraditório examinar o debate eleitoral acima mencionado sob a perspectiva do modelo deliberativo? Antes de mais nada, é bom que se diga que uma parcela importante dos autores deliberacionistas não desconsidera a importância da idéia de persuasão (e nem deixa de admiti-la enquanto recurso recorrente em debates racionais). Conforme demonstra João Carlos Correia:

Compreendendo o contexto de uma sociedade mediática, afastando-se da tentação de pensar idealisticamente a relação entre entendimento e persuasão, como se ela pudesse se efectuar, hoje em dia, segundo o modelo clássico da agora grega, onde as pessoas comunicavam-se imediatamente umas com as outras, Habermas admite a inserção de poder e prestígio, como definindo em última instância a selectividade dos temas abordados, assim como a forma e a medida em que os mesmos são tematizados na esfera pública (CORREIA, 2005, p. 56).

Porém, a construção da hipótese indicada logo acima insiste no argumento de que o emprego de estratégias persuasivas pensado pelos deliberacionistas não levou em devida consideração o contexto eleitoral enquanto um dos ambientes de conflito da política. Ou seja, na disputa pelo voto, indicadores como acessibilidade ou reflexividade precisam ganhar um "peso" diferenciado (menor, provavelmente), já que os eleitores não necessariamente desejam ter participação na disputa, mas apenas esperam avaliar o comportamento e as reações dos postulantes; adicionalmente, no caso da disputa eleitoral, admitir que o argumento do oponente é melhor, conforme reza a "cartilha" discursiva, pode representar perda de votos em um momento subsequente – fato que também compromete a própria aplicação dos pressupostos deliberativos para se compreender o debate televisionado entre candidatos à deputação.

Devido a tal conjunto de peculiaridades trazido pelo embate eleitoral, a intenção da análise procedida logo à frente se refere, também, à verificação da plausibilidade

de determinados indicadores para se compreender o perfil discursivo do caso empírico em tela neste trabalho.

A seção a seguir procura tornar mais complexa a compreensão do embate discursivo eleitoral, ao discutir o papel da comunicação de massa, tomando em consideração as vantagens e desvantagens que os *media* auferem à idéia de deliberação pública.

2. Comunicação de massa e discussão política

Direito e Democracia tem importância notável não apenas por constituir a retomada mais detalhada que Habermas faz da idéia de esfera pública após seu livro de 1962. Dentre os méritos da obra, está o reconhecimento do papel da comunicação de massa enquanto um dos elementos fundamentais a caracterizar a sociabilidade das democracias contemporâneas.

Além da difusão de informações com amplo alcance, a comunicação de massa é responsável por proporcionar diferentes maneiras de aproximação entre cidadãos e representantes políticos. A existência dos *mass media* passa a ser condição, assim, para que os cidadãos se mantenham informados sobre a realidade política que lhes é inerente, unificados simbolicamente ao redor de temas e questões coletivas, preenchendo-se a necessidade de intermediação cognitiva entre a esfera política e a esfera civil (GOMES 2004; WOLTON, 2001).

A partir de tal constatação, Habermas admite determinadas limitações de sua perspectiva anterior e reelabora parte de seu argumento. O autor reconhece, por exemplo, que a noção tradicional de esfera pública por ele apresentada em *Mudança Estrutural* (1984), ainda que importante, torna-se insuficiente enquanto ferramenta de compreensão dos processos discursivos típicos das sociedades contemporâneas. Embora essa idéia de esfera pública delineada pelo jovem Habermas tenha sido influenciada e fomentada pelos primórdios da imprensa, a estrutura teórica que vai provocar a reinterpretação do conceito já considera o advento dos meios de comunicação de massa em grande escala. Como, então, adaptar a noção de esfera pública tradicional à realidade atual, indiscutivelmente marcada pela onipresença dos *media*? Em *Direito e Democracia* Habermas (1997) aponta uma saída:

Em sociedades complexas, a esfera pública (...) representa uma rede super-complexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais (...); além disso, ela se diferencia por níveis, de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance, formando três tipos de esfera pública (HABERMAS, 1997, p. 107).

Nesse sentido, o autor demarca, então, três tipologias de esfera pública, a fim de dar conta da compreensão desta pluralidade². A primeira classificação consiste no que Habermas chamou de esfera pública episódica, pautada por interações simples e trocas argumentativas efêmeras e de baixo alcance. Uma vez fora do controle político e administrativo, ela abre espaço à tematização de experiências e problemas pessoais e sociais, seja em bares, cafés, filas de órgãos públicos ou mesmo em encontros na rua. Maia (2007) ressalta a importância da conversação para a formação política dos indivíduos: "as pessoas, ao falarem e ouvirem umas às outras, produzem uma constante reconceitualização dos negócios públicos e da própria idéia de público; decidem qual política querem, em conformidade com seus interesses e valores básicos" (MAIA, 2007, p. 98).

A esfera pública de presença organizada, por sua vez, é a segunda tipologia proposta por Habermas. Aqui os processos comunicativos dão-se de acordo com procedimentos mais formais, incorporando regras e assuntos pré-definidos para o debate, como acontece em uma reunião parlamentar ou conselho setorial, por exemplo. É nesse tipo de esfera pública que as associações da sociedade civil buscam inserir tematizações concernentes à vida ordinária, no intuito de influenciar as instâncias decisórias de poder.

Por fim, e mais importante para o presente trabalho, é a esfera pública abstrata, o terceiro tipo de esfera pública proposta por Habermas. Este é o âmbito discursivo produzido e estimulado pelos meios de comunicação de massa, sem, no entanto, se confundir com os próprios *media*. A esfera pública abstrata conecta "leitores, ouvintes e espectadores singulares espalhados globalmente" (HABERMAS, 1997, p. 107). Dessa forma, os *media* libertam o processo comunicativo de contextos restritos a um espaço e tempo determinados, dada sua capacidade de estabelecer, simultaneamente, uma rede de comunicação com conteúdos virtualmente presentes. Os materiais simbólicos são disponibilizados para diferentes tipos de audiência e, conseqüentemente, submetidos a contextos variados de recepção.

Nesse tipo de interação, os processos discursivos se submetem a um tipo de visibilidade nunca experimentado anteriormente. Em tal dimensão, não se sabe exatamente para quem se está falando; são públicos difusos, diversos e, a princípio, ilimitados. É dessa maneira que Habermas (1997) pode falar de uma comunicação sem sujeito (*subjectless communication*), que não se vincula, ao menos em tese, a nenhum indivíduo em particular.

Maia (2007) destaca, além da visibilidade proporcionada pela exposição nos meios de comunicação, o interesse em analisar a possibilidade do estabelecimento de debates e da troca de opiniões e argumentos através dos *media*. Em outras palavras, é necessário enfatizar a importância dos *media* não apenas do ponto de vista informativo, mas, também, enquanto agentes aptos a fomentar o debate político com a capacidade de alcançar e envolver o grande público.

Graças à comunicação de massa torna-se possível desde a instauração de arenas conversacionais informais e primárias, passando-se pelo processo de divulgação das razões por parte dos agentes e instituições envolvidos na deliberação, até a realização de processos de justificação e de modificação de determinadas posições a partir da troca mediada de argumentos. Conforme James Bohman afirma, “em sociedades complexas, a deliberação pública é mediada não somente pelo poder das instituições do Estado, mas também pelos meios de massa eletrônicos, os quais têm a capacidade de alcançar uma larga e indefinida audiência” (BOHMAN, 1996, p. 235) (tradução própria).

Desta forma, pode-se averiguar, por um lado, o papel dos *media* de pautar a agenda das conversações diárias. Considerando o fato de que, na atual conjuntura, os eleitores “recolhem” informações, sobretudo por intermédio da comunicação de massa, é bastante razoável supor que um debate eleitoral como aquele que ocorreu entre Leonardo Quintão e Márcio Lacerda, na Band Minas, oferece subsídios para conversações formais e informais, tanto acerca das preferências políticas dos eleitores quanto acerca dos próprios temas em pauta no referido debate.

Por outro lado, e de forma complementar, a própria discussão travada entre os dois postulantes à chefia do Poder Executivo Municipal da capital mineira conformou um espaço de troca de argumentos, réplicas e tréplicas que merece ser investigado mais detidamente do ponto de vista da idéia de deliberação pública. É justamente este último âmbito que constitui o enfoque da parte empírica do presente trabalho.

3. O fórum na tela: Das características discursivas do debate eleitoral

Em 12 de outubro de 2008, seis dias após o resultado³ do primeiro turno das eleições à Prefeitura de Belo Horizonte, a TV Band Minas (retransmitida pela Rádio Band News local) promoveu o primeiro debate televisivo entre os candidatos Márcio Lacerda e Leonardo Quintão.

O confronto contava com regras específicas, voltadas para garantir a exposição de idéias e a troca de argumentos entre os postulantes ao Poder Executivo Municipal. Durante quatro blocos, os candidatos trocaram questionamentos entre si, responderam aos jornalistas e a perguntas feitas pela população. O quinto e último bloco foi reservado às considerações finais. A equipe de jornalistas selecionada para inquirir os postulantes foi integrada por Eduardo Costa, da Rádio Itatiaia; Luís Carlos Costa, do Jornal Diário do Comércio; Luis Carlos Bernardes, da Rede Band Minas; e Orion Teixeira, do Jornal Hoje em Dia.

No que concerne à divisão do tempo de resposta às perguntas a eles endereçadas, cada candidato teve dois minutos para responder às perguntas formuladas pelos jornalistas; um minuto e meio foi reservado para cada um deles responder a uma mesma pergunta elaborada pela organização do debate; os postulantes tiveram, ainda, um minuto e meio para resposta a perguntas feitas pelo adversário; um minuto para réplica e outro para a tréplica. Em caso de ofensa ou citação direta (quando o candidato citasse o nome e/ou proposta do outro), a regra previa a concessão de mais trinta segundos para direito de resposta.

3.1 Os indicadores do debate mediático

A análise do perfil deste debate se dará segundo os indicadores propostos por MAIA (2006; 2007). São eles: acessibilidade; caracterização dos atores sociais; utilização de argumentos críticos racionais; reciprocidade e responsividade; e, por fim, reflexividade ou reversibilidade de opiniões. Estas dimensões serão explanadas logo abaixo, em consonância com a avaliação deste debate eleitoral à luz de cada indicador.

a) Acessibilidade

Neste critério, está em jogo quem ganha acesso ao debate. No caso analisado, o acesso é, em uma perspectiva quantitativa, restrito – privilégio de candidatos, jornalistas e pessoas entrevistadas na rua. Ou seja, poucos tiveram a livre prerrogativa de tomar parte na contenda em questão.

Todavia, pode-se questionar o quão plausível se mostra a intenção de efetivamente incluir qualquer interessado no debate, sobretudo no contexto de democracias de massa. A fim de dar conta de tal dificuldade, John Dryzek (2004) lança mão da idéia de “constelação de discursos”. Em suas proposições, o autor se preocupa em encontrar uma alternativa para o problema da chamada “economia deliberativa”, alegando, então, que um dos caminhos para se conferir legitimidade à discussão ocorrida na esfera pública se encontra na capacidade dos discursos de representarem vontades, desejos e interesses variados, atinentes a todos aqueles a quem o debate se refere.

Nesse sentido, é possível pensar em uma representação discursiva (DRYZEK e NIEMEYER, 2006), já que nem todos os interessados contam com condições suficientes para trazer à tona suas inquietações e, assim, participar do debate. A representação discursiva atuaria, então, através das falas do conjunto de agentes deliberantes. Sendo assim, pensar a deliberação é pensar em “um intercâmbio ou disputa multifacetados entre discursos dentro da esfera pública” (DRYZEK, 2004, p. 42).

No caso do debate aqui analisado, a incorporação de discursos de segmentos que não estão necessariamente presentes no evento se dá, por exemplo, nas perguntas dos jornalistas sobre propostas quanto às áreas de saúde e ciência⁴. Outro exemplo é a pergunta feita por uma estudante. Juliana Batista questionou os candidatos, de acordo com suas próprias palavras, “enquanto estudante”, orientando seu discurso de forma a representar, naquele momento, o interesse de um grupo com o qual ela se identifica⁵. Além de Juliana, também participou do debate o advogado Mário Werneck, cuja pergunta se referiu à área da qual é especialista, o meio ambiente⁶.

No entanto, é preciso ressaltar que os dois são os únicos participantes do debate, além dos jornalistas e dos candidatos. Não há qualquer participação de atores da sociedade civil organizada, como representantes de movimentos sociais, ONGs ou

outras entidades. Assim, no caso em questão, devido a limitações próprias aos formatos da comunicação mediática, destaque-se que nem todos os segmentos possivelmente interessados naquele debate puderam ser representados pelos discursos. Vários temas relativos à agenda pública, como inclusão de pessoas com deficiência e o direito à moradia, por exemplo, não tiveram a oportunidade de ser abordados.

No entanto, a pífia acolhida à pluralidade de atores e/ou discursos da contenda em questão deixa de ser necessariamente um problema se examinada à luz da inerente persuasão que caracteriza o tipo de debate analisado. Se tais trocas discursivas orientam-se primeiramente pela busca do voto do eleitor, é compreensível que o tempo disponível à apresentação de propostas, argumentos e vontades de cada candidato seja prioridade no decorrer do debate.

Ademais, ainda que os questionamentos do advogado e da estudante possam ser, como exposto acima, representativos de um segmento, sua inclusão no programa televisivo parecem ter servido prioritariamente à dinâmica de exposição argumentativa dos candidatos. Parece mais prudente a hipótese de que ambos tenham sido abordados pela equipe de produção do debate para a gravação da pergunta que a de que o aparecimento no programa tenha se dado por iniciativa própria de ambos, como seria desejável em trocas discursivas de caráter deliberativo.

b) Reconhecimento e caracterização dos atores sociais

Aqui, é importante reconhecer a posição social de quem efetivamente participa do debate e como tais agentes são caracterizados dentro da discussão. Também é interessante perceber como se dá a distribuição do espaço e do tempo entre os atores participantes da contenda, bem como "seus papéis institucionalmente definidos e como seus discursos são tratados pelos agentes da mídia" (MAIA, 2006, p. 22).

Nesse sentido, verifica-se que os jornalistas, maioria no debate, foram todos apresentados, citando-se a empresa em que atuam, o que confere certo grau de credibilidade à presença deles como interlocutores dos candidatos no debate. Além disso, eles também foram inúmeras vezes elogiados, seja pelo mediador, Paulo Leite, ou mesmo por Quintão e Lacerda. O *status* social de jornalistas enquanto

conhecidos formadores de opinião a atuarem na imprensa mineira pode explicar tal tratamento.

Os candidatos também foram detalhadamente apresentados no início do debate, por meio de informações de seus antecedentes políticos, formação acadêmica e número de votos no primeiro turno. Além disso, por duas vezes, o mediador Paulo Leite fez questão de declarar o alto nível do debate e justificou isso pelo fato dos participantes serem, exatamente, Leonardo Quintão e Márcio Lacerda.

Quanto aos outros atores que participaram do debate, ressalte-se, primeiramente, que o tempo a eles reservado foi escasso. Juliana Batista, a estudante e única cidadã comum a ter participação na transmissão, fez uma pergunta curta – sua pergunta durou 11 segundos –, gravada anteriormente. Ela não participa ao vivo do debate como os jornalistas, o mediador e os candidatos. Da mesma forma, ela também não é apresentada detalhadamente como os outros o foram. Neste contexto, seu papel é apenas atuar como uma estudante, o que denota um desnível entre os agentes envolvidos na discussão.

Mário Werneck também participa brevemente do debate – sua fala dura apenas 24 segundos, mas ele tem mais que o dobro do tempo atribuído à Juliana –, porém, ele é personalidade conhecida em Minas e serve constantemente de fonte em diversas matérias jornalísticas. Assim sendo, sua inserção pode ser vista mais como a palavra de um especialista do que como um morador comum da cidade. O candidato Márcio Lacerda, inclusive, agradece, em sua resposta à pergunta do ambientalista e advogado, o apoio de Werneck, que teria encabeçado manifesto assinado por mais 400 ambientalistas. Mostra-se claro o fato de que o tratamento dado a Werneck se diferencia daquele conferido à Juliana. Porém, assim como Juliana, ele também não participa ao vivo do programa. Ademais, também como a estudante e a exemplo dos jornalistas presentes, Werneck não tem direito efetivamente de debater com os candidatos, podendo apenas fazer a pergunta, sem direito a réplicas.

É preciso ressaltar que, ainda que os jornalistas participantes também não pudessem questionar as respostas dos candidatos, por também não terem a chance de replicar, eles estavam presentes no estúdio, o que modifica o tipo de participação deles em relação à Juliana e Mário. Eles poderiam, por exemplo, modificar suas perguntas tendo em vista o decorrer do debate (ou mesmo

constranger os participantes a serem claros e objetivos), o que não era possível para os dois, que tiveram sua participação gravada anteriormente.

Novamente, sob o viés persuasivo que inevitavelmente um debate eleitoral assume, a postura do programa da Band Minas no que tange à caracterização dos atores sociais deixa de ser um problema. Leonardo Quintão e Márcio Lacerda eram os únicos candidatos à prefeitura de Belo Horizonte naquele segundo turno, logo é compreensível que sejam os grandes protagonistas da contenda, o que lhes concede, dentre outros, serem melhor apresentados pelo mediador e porventura até elogiados. Além disso, se um dos principais objetivos de um debate eleitoral é munir o eleitor de subsídios acerca dos candidatos participantes, são necessárias mais informações a respeito dos mesmos que apenas nome e cargo, como aconteceu com a estudante e o advogado.

Cabe questionar também qual o real ganho ao eleitor/espectador de, em um caso como este, Juliana e Mário serem melhor caracterizados. Neste tipo de debate, parece ser mais interessante o que ambos têm a dizer, e a representatividade que isso porventura ocasiona, como exposto no item "a", do que a publicização de dados adicionais sobre ambos.

c) Utilização de argumentos crítico-rationais

Esse indicador é atinente à qualidade dos argumentos presentes no debate, se eles se apresentam pautados ou não pela idéia de racionalidade, no sentido habermasiano (1997). Nas falas dos dois candidatos, pode-se indicar que há momentos nos quais a construção de argumentos racionais se manifesta em maior ou menor medida. Em resposta ao jornalista Orion Teixeira sobre como agir acerca das demandas sociais endereçadas à cidade de Belo Horizonte por parte de outras cidades da Região Metropolitana da capital, por exemplo, Márcio Lacerda recorre à legislação vigente e a dados precisos.

Márcio: Em primeiro lugar, eleitor, nós precisamos ter um planejamento integrado e uma solução integrada para a gestão da região metropolitana em todos os aspectos, seja na criação de empregos, na atração de investimentos, na formação das pessoas, assim também como na saúde e na segurança, e no transporte que são setores que há uma necessidade maior de integração e articulação. Essa estrutura já existe, é a Assembléia Metropolitana, que foi criada por lei pelo meu vice, Roberto Carvalho. Recentemente, [ela] começou a funcionar, e eu, como Secretário de Desenvolvimento [Econômico de Minas Gerais], atuei na Assembléia. A questão do transporte, precisa haver uma

integração melhor, o estado contrata o transporte metropolitano, a prefeitura contrata o transporte urbano, não há uma relação boa na gestão desses sistemas; os bilhetes, pode haver uma convergência pro usuário usar, gradativamente, o mesmo bilhete. Na saúde, o nosso trabalho, a nossa discussão no estado e na região vizinha foi aí que nós descobrimos que tem uma demanda, uma carência de 400 leitos na região metropolitana, e daí também o nosso projeto de fazer um hospital de 300 leitos e o estado se encarrega do restante na região metropolitana. Com relação à segurança, já existe uma gestão do estado quanto à RMBH na questão da segurança.

Leonardo Quintão, por sua vez, ao falar de suas propostas para a rodoviária de Belo Horizonte, apresenta um argumento contraditório. Afirma que a implantação de uma nova rodoviária no bairro do Calafate prejudicaria os moradores e, então, aponta como solução a implantação de terminais no Anel Rodoviário – o que favoreceria a população desta região. Não é possível compreender como o mesmo terminal rodoviário que seria maléfico a uma população poderia trazer benefícios à outra. Ao mesmo tempo, o candidato se ampara em propostas trazidas pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e em estatísticas sobre o tráfego em torno da atual rodoviária, a fim de dar sustentação às suas premissas.

Leonardo: Olha, a questão da rodoviária: eu participei de vários debates com estudantes durante o primeiro turno e participei de um debate e entrevista no CREA, e ali eu pude discutir com engenheiros de tráfego, civis, de todas as áreas, a questão da rodoviária, e pude discutir também com a população do Calafate [bairro da cidade de Belo Horizonte], que vive em torno ali, e também da população que está em torno da atual rodoviária. E qual é a proposta que eu assumi com o povo belo-horizontino, inclusive no meu plano de governo: vou manter a atual rodoviária onde está. Não sei se você sabe, mas a atual rodoviária, não é ela que traz trânsito pra cidade; ela foi projetada para isso mesmo; ela não está sendo utilizada na sua totalidade. Nós vamos permanecer com a atual rodoviária e a proposta que foi trazida a mim pela comunidade, pelos moradores do bairro Calafate, pelos moradores do centro, e pelo CREA, principalmente: fazer três terminais rodoviários: um no [na saída para o] Rio de Janeiro, um entre Brasília e São Paulo, e um na saída do leste mineiro. Com isso, nós vamos tirar o tráfego da atual rodoviária em 60%. E isso gente, isso dá pra fazer, sem problema nenhum. Sem gerar trauma no Calafate, sem gerar trauma no centro, e atendendo a população, que também vive em torno do Anel Rodoviário.

As considerações finais de Márcio Lacerda também não se valem da racionalidade. Ele apela para a emoção, afirmando-se como a “esperança” de Belo Horizonte:

Márcio: E eu quero dizer também eleitor, que eu tive muita coragem nesse primeiro turno pra enfrentar a campanha difamatória, caluniosa, criminosa feita nos subterrâneos, feita nas paredes na madrugada, contra a minha honra. E o candidato Leonardo em momento nenhum se manifestou contra isso. Ele tá pedindo bom nível agora no segundo turno, mas ele foi um pouco sócio desse processo de difamação que eu sofri no primeiro turno. [...] E quero dizer a você, que eu tenho coragem de enfrentar esse resto de campanha, e coragem pra sonhar, eleitor, sonhar junto com você, com uma vida melhor. A questão não é

ter esperança, a questão é ser a esperança, e eu quero ser junto com você, uma esperança para dia melhores para essa cidade.

É preciso sublinhar, portanto, que a convivência entre argumentos prioritariamente pautados na racionalidade com aqueles em que elementos como a emoção parecem predominar ao longo do debate. Afinal, nem sempre o argumento de maior embasamento racional é o mais persuasivo. Além disso, mesmo os discursos mais fortemente calcados na racionalidade podem servir a fins de persuasão, dado o caráter do debate sob análise.

Cabe acrescentar que o debate televisivo tende, por questões temporais ou por conta da necessidade de se expor idéias inteligíveis ao eleitorado, a limitar a construção de exposições mais consistentes. Em segundo lugar, o próprio clima competitivo, marcado pelo acirramento que tomou a campanha pela Prefeitura de Belo Horizonte, reforça a adoção de um comportamento mais agressivo, conforme ficou claro na última colocação de Márcio Lacerda citada no presente artigo. Não se quer dizer, com isso, que um debate aprofundado nos *media* seja inviável. A questão essencial, na verdade, refere-se ao contexto (político e comunicacional) no qual o debate se dá, pois é tal cenário o fator principal a influenciar o conteúdo e as disposições dos agentes discursivos, segundo será possível confirmar a partir do exame dos requisitos a serem analisados nos tópicos seguintes.

d) Reciprocidade

Neste quesito, investiga-se a ocorrência de diálogos ou de respostas mútuas entre os agentes a expressarem diferentes posicionamentos e reivindicações. Verificou-se que os candidatos, em diversos momentos, não responderam ao que lhes foi especificamente perguntado. Márcio Lacerda, por exemplo, agiu de modo estratégico quando perguntou a Quintão se este acreditava em sua inocência quanto ao suposto envolvimento do candidato da situação com o escândalo conhecido como "Mensalão". Quintão não respondeu. Em seu direito de réplica, Lacerda leu, na íntegra, um documento emitido pelo presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR). O objetivo do candidato, naquela oportunidade, não era estabelecer um diálogo, mas usar a chance de réplica para promover sua imagem pública.

Márcio: Leonardo, no primeiro turno, em seus programas de televisão, durante todo tempo, quase todo dia, você dizia 'Eleitor, examine a Internet, avalie a vida dos candidatos pela Internet, tudo lá, lá você vai ver qual é a vida de cada candidato'. Enquanto isso a sua parceira, Jô Moraes, colocava no site dela

'Márcio está envolvido no mensalão'. Eu pergunto agora Leonardo: você acredita nessa acusação, tem alguma prova contra mim?

Leonardo: Candidato Márcio Lacerda, eu tenho um respeito muito grande pelo senhor, o senhor tem idade pra ser meu pai, e isso eu respeito muito. Agora, quando você diz da minha companheira, ela fez a campanha dela e eu fiz a minha. O que eu disse da Internet é pra você ver os planos de governo dos candidatos. Quem tem que acreditar é o eleitor. Eu, particularmente, respeito o senhor, não sei da vida do senhor porque eu não o conhecia; tive a oportunidade de conhecê-lo agora.

Márcio: Muito bem, Leonardo, você não respondeu à minha pergunta, se acredita se estou envolvido ou não com o Mensalão. Então vou ler aqui, pros eleitores, pros jornalistas, uma declaração: 'Os abaixo-assinados, deputado federal Osmar Serralho, e senador Delcídio Amaral, relator e presidente, respectivamente, da CPMI dos correios e responsável pela apuração dos fatos do chamado Mensalão, declaro o seguinte: na investigação da CPI dos correios, ficou afastada qualquer possibilidade de envolvimento do senhor Marcio Araújo Lacerda, de recebimento de recursos provenientes de fontes que abasteceram o chamado Mensalão.

Em sua resposta, Quintão parcialmente desconsidera a provocação de Lacerda e procura chamar a atenção para outros temas da disputa eleitoral.

Leonardo: Olha, eu respondi sim o senhor, Márcio Lacerda. Respondi que eu respeito muito ele. Durante o primeiro turno, eu fiz a minha campanha, como é levar as minhas propostas, discutir, estar presente em todos os debates, até convidar você [para a câmara], que é estudante: faça um debate, que nós temos só 15 dias, que nós vamos lá. Eu gosto muito de ir a debates, faça que nós vamos. Agora a questão se é ou se não é, se participou ou não, o senhor já disse aí nos relatórios, então é você quem acredita. Eu não tô discutindo Mensalão, não ter Mensalão, ter Mensalão. Isso não interessa, não é isso que vai influenciar o voto. O que vai influenciar o voto é você que está aqui. Preste atenção, presta atenção mesmo, nas duas propostas. A proposta que eu tenho é que quero cuidar de pessoas, nada mais que isso, nada. Não vou construir obras grandes. Eu quero é melhorar o atendimento na saúde, garantir a educação, quero ouvir você, servidor, e isso é coisa que dá pra fazer.

De acordo com as observações apontadas no tópico anterior, os procedimentos adotados no debate e a lógica de operação televisiva aparentemente impediram, mais uma vez, que alguns posicionamentos pudessem ser contestados com maior fecundidade. Os jornalistas, por exemplo, mesmo se discordassem das respostas dos candidatos, não podiam expor seu posicionamento em público, uma vez que não lhes era permitida a réplica. O mesmo se diz das contribuições gravadas pelos cidadãos – não havia, ali, possibilidade alguma de se estabelecer um diálogo efetivo, uma troca ou embate de argumentos, o que compromete a idéia de reciprocidade e de consideração cuidadosa das razões apontadas pelos distintos agentes.

O tempo concedido e cronometrado para as respostas também foi um empecilho para que o indicador relativo à responsividade fosse expressivo durante o debate. Quando os candidatos defendem diferentes modos de obter recursos para a construção do metrô, por exemplo, o tempo não permitia um aprofundamento nas propostas que encaminhariam providências acerca do tema. Apesar do esforço em mostrar que suas proposições eram as melhores, a defesa diligente de posições nem sempre foi possível.

Há de se ressaltar, por último, o fato de que a qualidade dos debates depende, em boa medida, da disposição dos agentes discursivos em interagir e trocar idéias. Supondo-se a ocasião na qual um dos participantes do debate tergiversa em relação a uma questão a ele endereçada, seja por questões estratégicas ou por desinteresse em um tema determinado, considera-se que o embate argumentativo sai prejudicado. Isto é, faz-se preciso mais do que a montagem de um ambiente propício ao debate para que o escrutínio de idéias e posicionamentos se desenvolva de maneira satisfatória.

e) Reversibilidade de opiniões

Por fim, examina-se se, e em que medida, os participantes do debate, ao se depararem com as razões erigidas por seu oponente, dispuseram-se a rever seus argumentos iniciais. No debate analisado, em alguns momentos, os postulantes à Prefeitura apresentam determinadas idéias que foram, de certa forma, revistas após a resposta do concorrente. É importante especular, no entanto, sobre até que ponto os candidatos foram efetivamente convencidos pelo argumento do concorrente. Haja vista a peculiaridade deste debate, inserido em uma lógica mediática e eleitoral, é possível que os candidatos tenham reformulado seus posicionamentos por motivos outros que não a força do melhor argumento.

Leonardo Quintão, por exemplo, ao longo de uma das respostas que ofereceu no debate, afirmou que, caso eleito, não faria nenhuma "obra gigantesca". Depois que Lacerda fala das suas propostas para o trânsito, que incluem túneis, pontes e trincheiras como algumas soluções para a cidade, Leonardo muda um pouco o tom do discurso e, só então, admite que obras de natureza estrutural são, de fato, importantes.

Márcio: Leonardo, em seu plano de governo, o senhor disse que pretende mudar toda a lógica de transporte em BH. Nós temos [...] 15 mil vias urbanas, com 4700 quilômetros, 2800 ônibus em 260 linhas transportando 1,5 milhão de passageiros, temos mais 280 microônibus do transporte suplementar, 1000 ônibus pro transporte escolar, 6000 táxis, a cidade cresceu 3% nos últimos 8 anos e a frota cresceu 47 %, temos um milhão de veículos nas ruas. O que o senhor pretende fazer para ordenar, como diz o seu plano de governo, evitar o colapso do transporte em BH?

Leonardo: Quero agradecer ao senhor Márcio Lacerda pela pergunta, mas só corrigir uma coisa do senhor, quando o senhor disse que eu iria modificar drasticamente: não é isso que eu disse no plano de governo, queria que o senhor lesse direitinho o plano de governo porque não é isso que está lá não. O meu plano de governo não tem nada de mirabolante: não tem túneis, não tem obras gigantescas. O que a gente tem que pensar junto é que todos os dias são vendidos em BH 400 carros, e nós temos discutido muito isso, e na formulação do meu plano de governo eu fiz planos com as comunidades, o que a comunidade mais reclama são linhas bairro a bairro, isso eu assumi o compromisso, eu vou sentar com a comunidade e nós vamos viabilizar novas linhas de ônibus. A questão do taxista, eu fiz a minha campanha andando de táxi: eu fiz 600 eventos, todos, a grande maioria, andando de táxi, eu vou ajudar o taxista em BH, conhecer mais o transporte de táxi de BH, que é um transporte bem feito, que nós temos táxis novos em BH. Não tem nada mirabolante não: o que eu quero fazer em Brasília é arrumar o recurso do metrô, tem recurso lá.

Márcio: Também acho que não precisa de nada mirabolante, eleitor. Nós precisamos modificar o sistema viário de BH, e fazer muitas obras. Túneis sim, trincheiras, viadutos, avenidas, principalmente com vias preferenciais para ônibus no modelo de Curitiba. [...] Nós precisamos fazer obra sim eleitor, porque cuidar de você significa também fazer.

Leonardo: Eu concordo também com o senhor Márcio Lacerda de que obras também são importantes, mas obra não é a coisa mais importante da vida. O belo-horizontino não está querendo muitas e muitas obras: o que o belo-horizontino está querendo é cuidado, e é isso a minha proposta: quero chegar lá e garantir que haja atendimento num posto de saúde. Se você está com uma dor de estômago, que haja médico num posto de saúde. [...] E é isso que eu quero fazer: cuidar de gente. Primeiro vou cuidar dos problemas cívicos, básicos, e se depois, sobrar dinheiro pra fazer obra, nós vamos fazer grandes coisas, túneis, mas primeiro gente, resolver coisas simples, que precisam ser resolvidas: melhorar a educação; melhorar a questão do transporte. Obrigado!

O mesmo acontece, mais tarde, nas questões sobre educação, quando Lacerda concorda em alguns pontos com Quintão:

Leonardo: (...) A principal coisa que eu quero fazer com você, que é servidor da educação, é dialogar. O que eu vou fazer: isonomia salarial. Nós vamos criar um debate permanente. Porque a grande reclamação que eu ouço do servidor, é falta de dialogo, falta de debate.

Márcio: Eu penso realmente que a gente tem que melhorar as condições de trabalho dos professores, já conversei com eles bastante sobre isso. Nós vamos trabalhar nesse sentido e ver o que é possível fazer em termos de remuneração. Certamente é muito bom fazer mais 100 escolas infantis. Vão custar 300 milhões de reais, eu já analisei o orçamento dos próximos quatro anos, dá tranqüilamente pra fazer.

Durante o debate, eles revisam publicamente suas razões em função do que seu adversário pensa. No entanto, não se deve perder de vista que não se trata de um debate qualquer, mas de um debate eleitoral, em que a conquista de reconhecimento e, porventura, votos, é importante aos candidatos. Isso implica que aceitar abertamente todas as sugestões, críticas e projetos do oponente pode acabar, de certa forma, enfraquecendo um dos lados, drenando parte da legitimidade e das expectativas que os eleitores nutrem em relação à candidatura e à capacidade de gestão do postulante. A próxima seção confronta, de maneira mais detalhada, os pressupostos deliberacionistas com os achados resultantes da pesquisa empírica empreendida no presente tópico.

4. Avaliando o potencial deliberativo do debate em tela

Tendo em vista o perfil discursivo do debate travado entre Leonardo Quintão e Márcio Lacerda, esta parte do artigo retoma alguns dos aspectos mais candentes apontados logo acima na intenção de se discutir aquelas tensões diagnosticadas entre a teoria e a prática dos embates deliberativos.

Primeiramente, é necessário perceber com maior apuro a questão da acessibilidade dos atores sociais encontrada no respectivo debate. Faz-se necessário ressaltar que, mesmo tratando a questão do acesso em termos de representação de discursos, sem a necessidade de defender uma participação direta de todos concernidos à temática, ainda são notáveis as restrições ao envolvimento dos eleitores no presente debate.

Um olhar mais detido percebe que esta restrição tem relação direta com a questão da caracterização dos agentes discursivos e com a questão da reciprocidade, uma vez que estes parâmetros se ligam, de maneira mais íntima, aos limitadores impostos pela lógica operadora própria à comunicação de massa. Como aponta Rousiley Maia (2006), “os agentes da mídia, ligados a compromissos profissionais e a um complexo de instituições, possuem um papel ativo na seleção dos atores sociais ou das fontes que ganham acesso ao espaço de visibilidade midiática” (p. 20).

Além disso, esses agentes optam por diversos recursos para “construir as representações das vozes dos atores sociais e o ordenamento dos discursos” (MAIA,

2006, p. 34). No caso analisado, constata-se que o formato tradicionalmente adotado em debates eleitorais é reforçado, já que é dado um peso considerável à voz dos candidatos, sem maiores intervenções elaboradas por outros atores ou outros discursos. Desta forma, os debates eleitorais televisivos, em sua maioria, se restringem à discussão entre aqueles que pleiteiam determinado cargo, sem que a esfera civil possa intervir de forma mais contundente através de questionamentos diretos ou do estabelecimento de um diálogo consistente. Mostra-se apropriado, assim, questionar se *os debates eleitorais televisivos se tratam não de um debate público, mas de um debate para o público*.

Essa questão fica mais clara caso se pense na inegável importância dos debates eleitorais para fomentar a discussão nos diversos âmbitos comunicativos da vida social. Tais contendas pautam as conversações cotidianas, as discussões mais formais que ocorrem em associações e outras entidades durante o processo eleitoral e, por fim, os próprios *media*, que repercutem esses eventos em outros programas de gêneros discursivos distintos. Assim, tomando-se um contexto mais amplo e apto a pensar em um sistema deliberativo ampliado (MAIA et al, 2008), mesmo que as vozes da sociedade civil não tenham vez no debate em questão, os argumentos e propostas dos candidatos são aceitos, rechaçados, reinterpretados e questionados em outros ambientes. Ou seja, é preciso pensar o debate televisionado em relação a outras dimensões, ocasiões e momentos discursivos da campanha eleitoral para, só então, poder ser percebida a real contribuição deste embate ao processo deliberativo. Desta forma também, as restrições de acesso ao presente debate são problematizadas tendo em vista o caráter específico deste evento e o conseqüente peso que as falas dos candidatos recebem.

Além disso, é fundamental empreender uma reflexão mais apurada acerca das limitações inerentes à análise do objeto de estudo selecionado para compor a parte empírica deste artigo. Ressalte-se, primeiramente, que muito do que foi observado no embate discursivo entre Márcio Lacerda e Leonardo Quintão carrega características da campanha empreendida por ambos. O confronto em questão se insere em um contexto mais amplo de uma conturbada campanha eleitoral, sendo que os discursos veiculados fazem parte de uma rede de discursos bem mais extensa, que engloba outras discussões ocorridas em distintas arenas comunicativas.

Em segundo lugar, destaque-se que os parâmetros propostos por Maia (2007) para a avaliação dos debates mediáticos são empregados, geralmente, na comparação de materiais de cunho jornalístico. A análise em questão procurou, portanto, apropriar e adaptar, sob responsabilidade dos autores, a metodologia da referida pesquisadora. Diferentemente de Maia, analisou-se um tipo de programa específico, configurado enquanto um debate político (não obstante este confronto se articular com os discursos presentes em diversos meios e tipos de material)⁷. Atente-se, ainda, para o fato de que os indicadores aqui adotados não funcionam como itens a imediatamente desqualificarem o debate caso não sejam contemplados, mas, sim, como ideais que servem de norte para a análise das potencialidades que os meios de comunicação oferecem para o processo deliberativo.

Nesse sentido, é necessário destacar que a não verificação de determinados itens no debate não significa que eles deveriam ser seguidos à risca; nem se está sugerindo que o debate seria aprimorado caso os indicadores arrolados fossem completamente atendidos. A idéia de um sistema deliberativo ampliado aponta para a análise deste evento como um dos momentos de um debate maior, que se distende por outros espaços e que, sendo assim, engloba outros atores e temáticas além dos que foram encontrados no objeto de análise deste trabalho.

Assim, o que queremos indicar é que, ainda que se possa requerer, por exemplo, a participação de outros discursos no debate, os candidatos, nessa situação específica, têm um papel destacado, que contrasta com outros momentos, em outros espaços, em que atores diversos têm papéis diferenciados. Ou seja, não se está propondo que o referido debate se transforme em um debate amplo, com a participação em larga escala dos eleitores e com o obediência dos requisitos deliberacionistas. Conforme já, os *media* têm dinâmicas próprias que entram em cena em um evento como esse.

Porém, pelo menos com relação à acessibilidade, o próprio evento em tela sugere uma opção que poderia incrementar os debates televisivos eleitorais, sem, ao mesmo tempo, torná-los inviáveis em um ambiente mediático – o que ocorreria no caso da obediência a todos os indicadores de forma *stricto sensu*. Ainda que seja um tanto quanto temerário apontar sugestões para o aperfeiçoamento dos debates eleitorais tendo em vista a análise de um único evento, a inserção do ambientalista Mário Werneck, por exemplo, acaba por mostrar-se uma boa iniciativa no sentido da adição de múltiplos discursos na discussão. Como aponta Maia (2004), as fontes

da sociedade civil organizada têm mais condições de articular demandas e vocalizar problemas do que atores sociais tomados isoladamente, no formato “povo-fala”, como no caso da fala da estudante Juliana Batista. A inserção de outras questões direcionadas aos candidatos por diferentes “representantes discursivos”, principalmente aqueles ligados a entidades da sociedade civil, poderia melhorar o nível da discussão, sem tirar o foco das propostas e programas dos candidatos, que, como já afirmamos, são participantes diferenciados no embate. Ou seja, uma parte do tempo que foi concedida aos jornalistas para que eles fizessem seus questionamentos poderia ser revertida para “representantes discursivos” de outros grupos que trabalham questões que se articulam aos problemas da cidade.

Para finalizar, é preciso destacar o caráter diferenciado do perfil discursivo dos debates eleitorais. A partir da análise do debate travado entre Quintão e Lacerda, é possível atestar as dificuldades em se conferir uma feição deliberativa àquelas situações que implicam disputa pelo voto. Isto é, há indícios a reforçarem a impressão de que a troca de argumentos entre os candidatos foi feita não no sentido de se estabelecer um diálogo com fins de entendimento mútuo, mas, sim, para se persuadir o eleitorado em torno da exposição de competências próprias e da plausibilidade de projetos políticos específicos.

Ao mesmo tempo, este fato não elimina a possibilidade da existência de traços discursivos típicos da idéia de deliberação pública, ainda que se esteja falando de situações essencialmente conflituosas. Em outras palavras, é preciso admitir, por exemplo, que os discursos dos candidatos podem sofrer modificações ao longo da campanha, seja para rebater um argumento do adversário ou para se posicionar diante de uma demanda temática levantada pelo opositor, conforme bem demonstrou o estudo de Maia (2009).

Ademais, descartar, de forma abrupta, a possibilidade de se estabelecer um diálogo franco entre os candidatos (ainda que este fenômeno não seja tão recorrente quanto os confrontos ao longo de um único debate) seria reduzir a compreensão do evento como um todo: são inúmeras as vezes nas quais os candidatos também fazem perguntas entre si para, de fato, conhecer qual a posição do outro. Tal disposição não significa, todavia, que a resposta do oponente não possa ser utilizada, em um momento subsequente, para atacar ou para servir de apoio à formulação e exposição de um novo argumento. Ressalte-se, ainda, que os outros participantes do debate, sejam eles jornalistas ou cidadãos comuns, não podem ser

esquecidos. Estes, por sua vez, têm sua intervenção pautada, não necessariamente, pela persuasão ou por outros tipos de estratégia retórica, uma vez que se percebe, neles, a real intenção em contribuir para a exposição de projetos e a troca de argumentos.

Considerações finais

A intenção primordial deste trabalho foi examinar de que forma o primeiro debate do segundo turno entre dois candidatos (Márcio Lacerda e Leonardo Quintão) à Prefeitura de Belo Horizonte atende aos requisitos apontados por Maia (2006, 2007) para a caracterização de um debate mediático deliberativo.

A aplicação de tais categorias (acessibilidade; caracterização dos atores sociais; utilização de argumentos crítico-rationais; reciprocidade e responsividade; e, por fim, a reflexividade ou a reversibilidade de opiniões) permitiu observar, por exemplo, que o debate eleitoral televisivo manifesta, por sua natureza, um conjunto de limites ao desenvolvimento de razões argumentativas. O componente estratégico da discussão, por exemplo, encaixa-se com alguma dificuldade (apesar de não ser completamente antitético) na noção habermasiana (1997) de comunicação voltada para o entendimento.

Em outras palavras, uma vez considerado o caráter normativo de boa parte dos princípios que cercam a noção de deliberação pública, deve-se admitir o fato de que o *corpus* empírico aqui examinado consiste de um debate eleitoral direcionado a impor restrições iminentes às tentativas de se promover trocas discursivas. Se, por um lado, a deliberação demonstra atenção a aspectos como racionalidade e igualdade entre os pares, por outro lado, a verificação da ocorrência destes parâmetros em debates eleitorais se mostra pouco recorrente. Há de se ressaltar, mais uma vez, que, ainda que o debate possa incentivar a exposição de idéias e as trocas de argumentos entre os candidatos, a pressão pela obtenção do voto se faz constante. Qualquer deslize poderia prejudicar a imagem e, conseqüentemente, a preferência do público por um ou outro candidato, ainda mais quando se trata de um confronto transmitido pela televisão, cuja marca é a visibilidade pública. O contexto eleitoral e mediático, assim, enceta oportunidades e limitações àquelas discussões empreendidas por meio da comunicação de massa que se propõem racionais.

Foram encontrados, ainda, elementos a indicarem como se dá a reverberação das discussões midiáticas sobre outros âmbitos comunicativos (sejam eles formais ou informais), tornando consistente a idéia de um sistema deliberativo ampliado. Além disso, sugere-se que o debate poderia ser aprimorado com a inserção de questionamentos de outros “representantes discursivos” da sociedade, que em muitos momentos estão mais aptos que cidadãos isolados ou mesmo que os jornalistas para vocalizar questões com as quais eles lidam diretamente. Nesse sentido, a participação de atores da sociedade civil organizada na formulação das perguntas poderia elevar o nível das discussões sem, entretanto, retirar o foco dos candidatos e de suas propostas, que são, logicamente, os protagonistas desse tipo de evento.

Para finalizar, sublinhe-se que a idéia de esfera pública não pode funcionar como um conceito impossível de se materializar enquanto todos os requisitos acima apontados não forem alcançados. Como adequadamente afirma Gomes (2008b), “uma esfera pública pró-democrática é uma tarefa, não uma consequência que se possa extrair normativamente de seu conceito” (p. 112). Daí que olhar para os debates midiáticos é olhar não só para as possibilidades que eles nos abrem, mas, também, identificar em quais momentos é plausível pensar em discussões mais normativamente orientadas e consistentes do ponto de vista democrático.

Referências bibliográficas

BOHMAN, J. *Public Deliberation*. Cambridge: MIT Press, 2006.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CORREIA, J.C. O Jornalismo e o Sistema Político: audiências e manipulação. In: J. C. Correia (Org.), *Comunicação e Política*, Covilhã, UBI, 2005.

DRYZEK, J. S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Ed.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 24, 2004. p. 41-62.

DRYZEK, J. S.; NIEMEYER, S. *Discursive representation*. Trabalho apresentado no workshop “Rethinking democratic representation”. University of British Columbia, 18-19 maio, 2006.

GOMES, N. D. Comunicação Política: olhares convergentes e divergentes. In: V Colóquio Brasil Espanha de Ciências da Comunicação, 2008, Brasília. Políticas de comunicação e da cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social. Brasília : UnB, 2008.

GOMES, W. *Transformações da Política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Esfera Pública Política e Comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M (Org.). *Comunicação e democracia: Problemas & Perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008a. p. 29-68.

_____. Esfera Pública Política e Comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M (Org.). *Comunicação e democracia: Problemas & Perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008b, p. 67-115.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *Democracy and Disagreement*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *Why Deliberative Democracy?*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MAIA, R. C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para deliberação pública. In: LEMOS, A. et al. (Ed.). *Mídia.BR (Livro da XIII Compós)*. Porto Alegre: Sulina, p. 9-38, 2004.

_____. A dinâmica da deliberação: indicadores do debate mediado sobre o referendo do desarmamento. *Contemporânea (Salvador)*, v. 4. p.13-44, 2006.

_____. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 2007.

_____. Mediated Deliberation: The 2005 Referendum for Banning Firearm Sales in Brazil. *The International Journal of Press/Politics*, v. 14, p. 313-334, 2009.

MAIA, R. C. M.; MARQUES, A. C. S.; MENDONÇA, R. F. Interações mediadas e deliberação pública. In: PRIMO, A.; OLIVEIRA, A. C.; NASCIMENTO, G. C.; RONSINI, V. M. (orgs.) *Comunicação e interações*. Livro da Compós. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. p. 93-110.

MIGUEL, L. F. Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

SILVA, F. C. "Democracia deliberativa: Avaliando os seus limites". Comunicação apresentada no II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. Disponível em <<http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/203/203.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2005.

WEBER, M. H. Na comunicação pública, a captura do voto. In: Logos - Comunicação e Universidade, v. 27, p. 21-42, 2007.

WOLTON, Dominique. *E depois da Internet? – Para uma teoria crítica dos novos médias*. Algés, Portugal: Difel, 2001.

YOUTUBE, http://www.youtube.com/results?search_query=debate+band+lacerda+quint%C3%A3o&search_type=&aq=f. Acesso em 30/10/2008; 31/10/2008, 01/11/2008, 02/11/2008 e /03/11/2008.

Notas

¹ Os autores do texto agradecem às ponderações atenciosas do parecerista anônimo, que em muito contribuíram para se aperfeiçoar o argumento aqui delineado.

² A divisão da esfera pública em três instâncias diferenciadas parece servir mais a fins didáticos. É preciso não perder de vista a intensa permeabilidade entre essas fronteiras. Como indica Maia (2007), “a formação democrática da opinião e da vontade depende dessas interações, que se constituem de modo relativamente autônomo entre os cidadãos” (p. 105).

³ Depois de iniciar a campanha como um candidato pouco conhecido pelo eleitorado, Márcio Lacerda, do PSB, obteve projeção relevante nas pesquisas eleitorais e parecia caminhar para uma vitória ainda no primeiro turno. Apoiado pelo então prefeito de BH, Fernando Pimentel (PT), e pelo governador do estado, Aécio Neves (PSDB), ambos com alto nível de aprovação e unidos em uma aliança inédita, Márcio Lacerda, entretanto, viu crescer as intenções de voto em seu rival, Leonardo Quintão (PMDB), nas semanas próximas à votação. Quintão terminou o primeiro turno com 41,26% dos votos, contra 43,59% de Lacerda. O resultado foi surpreendente porque as pesquisas realizadas, ainda que mostrassem esse crescimento vertiginoso de Quintão, não indicavam uma diferença tão pequena de votos.

⁴ Uma dessas perguntas citadas é feita pelo jornalista Orion Teixeira, do jornal Hoje em Dia, para o candidato Márcio Lacerda: “O prefeito de BH [...] precisa também se preocupar com os problemas que vêm de fora de lugares vizinhos. A saúde, por exemplo, é congestionada por essa demanda. Queria saber que visão metropolitana o senhor tem do problema para administrar situações como segurança pública, transporte público, e da saúde pública também, que congestionam os serviços de saúde de BH”.

⁵ Pergunta feita pela estudante Juliana Batista aos candidatos: “Queria saber em relação aos candidatos, qual a proposta que eles têm em relação ao transporte, porque eu, como estudante, preciso do transporte pra ir pra escola.”

⁶ Pergunta feita pelo ambientalista Mário Werneck: “A cada período eleitoral, surgem especulações com relação à verticalização de bairros nobres de Belo Horizonte. Foi assim com o Santa Tereza, foi assim com a Cidade Jardim e agora, recentemente, com a Pampulha. Todos sabem o grande transtorno que isso pode vir a causar à cidade, principalmente ao trânsito. O que os senhores pretendem e o que os senhores acham com relação à verticalização e ao caótico trânsito que a cidade vem enfrentando ao longo desses últimos anos?”

⁷ Como afirma Maia (2006), “o debate que se desenrola nos meios de comunicação se espalha em diferentes veículos, editoriais e seções” (p. 34).